

DIGA NÃO AO PLP 92/2007 DAS FUNDAÇÕES ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO

Senhor (a) Parlamentar,

As 31 entidades sindicais que compõem o fórum em defesa dos servidores e serviços públicos inscritas neste documento e o conjunto dos trabalhadores das esferas federal, estadual e municipal, comprometidos com a construção de políticas de Estado que enfrentem a continuidade da implementação do modelo de Estado Mínimo que está em curso com a disseminação das OS e da EBSERH, estão na luta contra o PLP 92/07 – em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a criação de um novo modelo de gestão – Fundação Estatal de Direito Privado.

Esta luta vem sendo travada há pelo menos seis anos, desde que o projeto estava no Ministério do Planejamento, num exemplo de resistência do conjunto da classe, por entender que este modelo administrativo está na contramão do crescimento e fortalecimento do Estado Brasileiro, como condutor legítimo das políticas públicas. Áreas estratégicas como educação, pesquisa, saúde, ambiente, cultura, devem continuar responsabilidade do Estado, com financiamento e gestão pública.

Iniciativas de aprovação de políticas, como as contidas no PLP 92, já foram apresentadas durante o governo Collor e FHC – através das Organizações Sociais – numa afronta à gestão pública. Mais uma vez, a sociedade enfrenta uma iniciativa que ressuscita o “espírito” das Organizações Sociais, travestido em Fundação Estatal de Direito Privado. O Congresso Nacional, ouvindo o reclame dos movimentos sociais, estudantis e sindicais, durante o governo Collor e FHC, retirou de cena a PEC-56 B e a PEC-370, que propunha a transformação das Universidades Públicas Federais em Organizações Sociais.

Ao retomar a tramitação do PL 92/2007 na Câmara dos Deputados, agora em regime de urgência, o governo da presidente Dilma Rousseff desconsidera a luta travada nesses últimos seis anos – contra esse modelo de gestão - pelos movimentos sociais, estudantis e as decisões das entidades do serviço público das três esferas, federal, estadual e municipal, bem como resoluções do CNS - Conselho Nacional de Saúde.

Destacamos a responsabilidade do governo na defesa do Estado Forte que pode ser comprometido com um modelo privatista de gestão pública. É equívoco do governo da presidenta Dilma Rousseff ressuscitar algo já derrotado pelos setores comprometidos com a luta contra o Estado Mínimo.

Nós, entidades representativas do conjunto dos servidores públicos dos setores federais, estaduais e municipais, comprometidos com o fortalecimento do Estado, estamos **UNIDOS** nesta luta de resistência a este modelo que reitera a lógica do Estado Mínimo. Não abriremos mão do nosso papel em defesa dos serviços públicos com qualidade social, que garanta os direitos à cidadania para todos (as).

Convictos da justiça e legitimidade de nossa luta, reiteramos a posição das entidades nacionais e reivindicamos a **RETIRADA DE PAUTA E O ARQUIVAMENTO DO PLP 92/2007**. Conclamamos os parlamentares desta Casa a ouvir o clamor dos trabalhadores e da sociedade e sepultar de vez este nefasto projeto que está na contramão do desenvolvimento e crescimento do Estado Brasileiro.

ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, ASSIBGE-SN, CNTSS, CONDSEF, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, CTB, CUT, FASUBRA, FENAJUFE, FENALE, FENALEGIS, FENAPRF, FENASPS, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAGÊNCIAS, SINAIT, SINAL, SINASEFE, SINASEMPU, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINDLEGIS, SINPECPF, SINTBACEN, e UNACON-SINDICAL